

ENTRE DIREITOS E DESEJOS.

A revolta proletária sufocada pelo conforto e consumo.

Fabício Gonçalves de Moraes
*Estudante de Mestrado do Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Social – UNIMONTES.*
fabriciomorais@adv.oabmg.org.br

Resumo

O trabalho analisa as razões pelas quais a revolta proletária, prevista por Marx e Engels como consequência inevitável das contradições do capitalismo, foi contida ao longo do século XX e XXI. Argumenta-se que o Estado de Bem-Estar Social desempenhou papel central nesse processo, ao conceder direitos sociais e serviços básicos que amorteceram as tensões de classe e desviaram a energia revolucionária para as vias institucionais da democracia liberal. Em seguida, constata-se que o neoliberalismo inovou na ordem social com a disseminação das ideias de meritocracia e cultura de consumo que acirrou o individualismo freando a consciência de classe. Conclui-se que, embora as contradições do capitalismo persistam, a revolta proletária foi sufocada pelo conforto material e pelo consumo, restando às novas gerações o desafio de romper com a hegemonia neoliberal e retomar o projeto emancipatório coletivo.

Palavras-chave: capitalismo, proletariado, luta de classes.

Abstract

The study analyzes the reasons why the proletarian revolt, foreseen by Marx and Engels as an inevitable consequence of the contradictions of capitalism, was contained throughout the 20th and 21st centuries. It is argued that the Welfare State played a central role in this process by granting social rights and basic services that mitigated class tensions and diverted revolutionary energy into the institutional channels of liberal democracy. Subsequently, neoliberalism reshaped the social order through the dissemination of meritocratic ideals and consumer culture, which intensified individualism and restrained class consciousness. It is concluded that, although the contradictions of capitalism persist, the proletarian revolt has been stifled by material comfort and consumption, leaving new generations with the challenge of breaking with neoliberal hegemony and reclaiming the collective emancipatory project.

Keywords: capitalismo, proletariat, class struggle.

1- Introdução

A compreensão das contradições internas do capitalismo e dos mecanismos que sustentam sua permanência, apesar das previsões revolucionárias formuladas por Marx e Engels, constitui um campo de investigação central para as ciências sociais contemporâneas. A relevância do tema repousa no fato de que ainda hoje as desigualdades estruturais do capitalismo persistem e assumem novas formas exigindo um esforço renovado de reflexão sobre os limites e as estratégias de resistência possíveis diante da hegemonia neoliberal.

O recorte específico adotado concentra-se no surgimento do Estado de Bem-Estar Social no pós-Segunda Guerra Mundial como mecanismo de apaziguar as tensões sociais, bem como na ascensão do neoliberalismo como projeto político e cultural que remodelou a relação entre capital, Estado e trabalho. E por fim, função da ideologia da meritocracia e do consumo de massa como instrumentos eficazes de legitimação da ordem capitalista e de fragmentação do proletariado. Esse recorte permite observar como elementos institucionais se articularam para adiar ou neutralizar a radicalização da luta de classes prevista pela

tradição marxista.

A metodologia utilizada é de natureza bibliográfica e analítica, com base em autores clássicos e contemporâneos da teoria social e política, como Marx, Engels, Esping-Andersen, Harvey, Foucault, Bauman, Dardot e Laval. O procedimento consistiu em confrontar os pressupostos teóricos marxistas com a evolução histórica do capitalismo no século XX e início do XXI, empregando como instrumentos de análise a interpretação crítica de textos fundamentais e a articulação entre teoria e contexto histórico.

O trabalho, portanto, busca duas tarefas principais. Primeiro, recuperar a crítica marxista. Depois, atualizar o debate à luz das transformações recentes do capitalismo, oferecendo subsídios teóricos para pensar as possibilidades de resistência social e política no presente.

2 – Fundamentação Teórica

A tradição marxista estabelece que o capitalismo carrega consigo as condições de sua própria superação revolucionária. Marx e Engels, ao analisarem a história como luta de classes, notaram que a sociedade burguesa industrial polarizou-se entre burguesia e proletariado, aprofundando a exploração e as contradições do sistema. O problema da acumulação primitiva de capital e maximização da exploração do proletariado consecutiria necessariamente na crise e superação do sistema capitalista.

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários. Engels, Friedrich; Marx, Karl. O Manifesto Comunista (Portuguese Edition) (p. 21). Montecristo Editora. Edição do Kindle.

(...)

O progresso da indústria, de que a burguesia é agente passivo e inconsciente, substitui o isolamento dos operários, resultante de sua competição, por sua união revolucionária mediante a associação. Assim, o desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis. Engels, Friedrich; Marx, Karl. O Manifesto Comunista (Portuguese Edition) (p. 29). Montecristo Editora. Edição do Kindle.

No entanto, ao longo do século XX, a esperada revolta proletária não se materializou de forma generalizada, ao contrário, o capitalismo demonstrou notável resiliência e adaptabilidade. Ainda no início do século XX, Lenin¹ argumentou que o imperialismo e a expansão colonial permitiram à burguesia das economias centrais “comprar” a paz social interna à custa da exploração dos povos periféricos, adiando assim a revolução nas metrópoles.

Contudo, talvez a explicação mais robusta e historicamente verificável para a contenção da revolta proletária resida na transformação estrutural do capitalismo com o advento do Estado de Bem-Estar Social. No final do século XIX vislumbrou-se um prenúncio desse processo, o chanceler alemão Otto von Bismarck implementou, entre 1883 e 1889, os primeiros seguros sociais estatais, saúde, acidente, aposentadoria, justamente para “minar seus oponentes socialistas”, inaugurando a lógica de concessões que caracterizaria o futuro Welfare State.

“O sistema bismarckiano de seguros sociais não foi concebido como

¹ LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 121-124

expressão de uma solidariedade universal, mas como um mecanismo conservador para preservar a hierarquia social e minar a atração do socialismo. Sua lógica corporativa garantia benefícios diferenciados por status ocupacional, reforçando a lealdade ao Estado e neutralizando as demandas revolucionárias.” (ESPING-ANDERSEN, 1990, p. 54-56,

Deste modo, nota-se que o Estado de Bem-estar Social surge como uma resposta à expansão do socialismo, visando freá-lo e não é necessariamente uma conquista premente da classe trabalhadora. Em resumo, diante da ameaça socialista, a burguesia capitalista passou a valer-se não apenas da repressão, mas também de reformas e concessões como estratégia preventiva. Após a crise de 1929, especialmente após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se em várias nações capitalistas o paradigma do Estado de Bem-Estar Social como resposta tanto às contradições do capitalismo industrial quanto ao risco político representado pelo avanço do socialismo.

A Grande Depressão evidenciara a falácia da autorregulação do mercado e abriu espaço para políticas econômicas keynesianas, favoráveis à intervenção estatal na economia com aumento de gastos públicos, criação da seguridade social e estímulo ao emprego. No pós-guerra, para reconstruir sociedades devastadas e conter a influência da União Soviética, países como Reino Unido, França, Alemanha Ocidental, Itália e mesmo os EUA adotaram programas sociais como sistemas universais de saúde e previdência, educação pública gratuita, seguro-desemprego, habitação subsidiada, entre outros direitos sociais antes impensáveis sob o *laissez-faire* clássico.

O sociólogo Gøsta Esping-Andersen, em sua clássica obra *The Three Worlds of Welfare Capitalism* (1990), propôs uma tipologia influente dos Estados de bem-estar social nas democracias capitalistas desenvolvidas. Ele identificou três regimes principais de Estado de bem-estar, o liberal, conservador-corporativo e social-democrata, que diferem quanto ao grau de desmercantilização do trabalho e à provisão de direitos sociais. Em termos simples, desmercantilização do trabalho refere-se ao quanto os indivíduos podem viver dignamente sem depender exclusivamente do mercado de trabalho, ou seja, sem precisar vender sua força de trabalho para sobreviver. Já a provisão de direitos sociais diz respeito à abrangência e garantia de benefícios sociais pelo Estado como saúde, educação, seguridade e assistência social para os cidadãos.

"A generalização do welfare state nas décadas pós-Segunda Guerra não pode ser entendida apenas como resposta interna às pressões da classe trabalhadora. Havia também o imperativo geopolítico de conter o avanço do socialismo soviético. Assim, países centrais da Europa Ocidental e os Estados Unidos adotaram políticas redistributivas e sistemas de seguridade como instrumentos de coesão social.”(ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 87)

De acordo com o Autor o regime liberal caracteriza-se por uma assistência social mínima e focada apenas em quem comprova necessidade extrema. Os benefícios são frequentemente modestos e condicionados por critérios rígidos, o que pode gerar estigma para os beneficiários. Nesse modelo, o mercado é visto como o principal provedor de bem-estar. O Estado intervém pouco, garantindo somente um mínimo de segurança. Em outras palavras, espera-se que as soluções para problemas sociais venham do próprio mercado ou da iniciativa individual. Exemplos clássicos desse regime ocorrem em países anglo-saxões, como os Estados Unidos e o Reino Unido, onde os programas públicos são pouco abrangentes e a ideia de meritocracia (cada um prospera pelo próprio esforço) é muito valorizada.

Por outro lado o regime Conservador-Corporativo, presente em várias nações da Europa Continental como Alemanha, França ou Itália, esse modelo de bem-estar social está historicamente ligado a valores tradicionais e ao corporativismo. A proteção social é de

alcance intermediário, mais generosa que no regime liberal, porém não tão universal quanto no modelo social-democrata. Os benefícios sociais são frequentemente vinculados ao status ocupacional e familiar, o que reflete a influência de valores familiares tradicionais. Nesse sistema, espera-se que a família desempenhe um papel importante no cuidado de seus membros, o Estado só intervém de forma mais ampla quando as estruturas familiares ou profissionais falham em prover apoio. Assim, trabalhadores empregados têm direitos sociais garantidos conforme sua contribuição (previdência, seguro-desemprego, etc.), mas grupos fora do mercado de trabalho, como donas de casa que não contribuem diretamente, podem ter cobertura mais limitada.

Por fim o regime Social-Democrata é presente nos países escandinavos como Suécia, Noruega e Dinamarca, é marcado por um sistema de bem-estar universalista e abrangente. Aqui, o Estado assume a responsabilidade de garantir um alto nível de segurança social para todos os cidadãos, independentemente da posição no mercado de trabalho. Esses países promovem a igualdade em patamares elevados de bem-estar, em vez de apenas aliviar a pobreza extrema. Isso se traduz em ampla desmercantilização, vez que os indivíduos podem contar com serviços públicos de qualidade na áreas de saúde, educação, apoio à infância e velhice, seguro-desemprego dentre outros. Em outras palavras, mesmo que alguém perca o emprego, a pessoa ainda tem condições de viver com dignidade graças à forte rede de seguridade social. Esse modelo implica também a socialização dos custos de cuidados com crianças, idosos, desempregados compartilhando esses encargos por toda a sociedade via impostos. O resultado é um elevado nível de proteção social e políticas ativas de garantia de emprego e renda, refletindo um compromisso coletivo com o bem-estar e a emancipação social dos trabalhadores.

Em resumo, a classificação de Esping-Andersen demonstra que o modelo de Estado de bem-estar social adotado por um país pode moldar profundamente as expectativas e o comportamento de sua população trabalhadora. Nos modelos social-democratas, a forte seguridade social gera contentamento e estabilidade social, praticamente neutralizando conflitos sistêmicos. Nos modelos liberais, a proteção limitada contribui para maiores desigualdades, mas fatores ideológicos podem dissuadir a organização de conflitos abertos, mantendo a ordem social apesar do descontentamento latente. Já nos modelos conservador-corporativos, que ficam em um meio-termo, observa-se um equilíbrio: há proteção suficiente para evitar os extremos de miséria que alimentam revoltas, mas também persistem diferenças baseadas em status ocupacional, o que pode gerar demandas específicas, em vez de um conflito de classe generalizado. A tipologia de Esping-Andersen fornece uma lente valiosa para entender por que alguns países experimentaram mais paz social dentro do capitalismo, enquanto outros lidaram com tensões mais pronunciadas, visões essas intrinsecamente ligadas ao papel que o Estado desempenha na proteção social de seus cidadãos.

Do ponto de vista crítico, o Estado de Bem-Estar Social pode ser compreendido como um grande mecanismo de contenção da luta de classes e de cooptação institucional das demandas proletárias. Em vez de confirmar a “inevitável” intensificação do conflito de classes até o colapso do capitalismo, como predito no Manifesto Comunista, a institucionalização dos direitos sociais após 1945 interrompeu esse processo de radicalização. Por meio de reformas estruturais, o capitalismo incorporou muitas reivindicações da classe trabalhadora, concedendo acesso a saúde pública, educação gratuita, previdência social, seguro-desemprego, habitação popular, entre outros benefícios, os quais forneceram um horizonte de segurança e dignidade aos trabalhadores dentro do próprio sistema capitalista. Tais concessões não significaram ruptura com a ordem burguesa, mas sim um redesenho estratégico do pacto social.

No Brasil, a Constituição de 1988 incorporou o ideário do Estado de Bem-Estar ao consolidar a seguridade social, abrangendo saúde, previdência e assistência. Esse marco, conhecido como ‘Constituição Cidadã’, evidenciou o impacto da lógica de direitos sociais na contenção de tensões sociais em um país marcado por desigualdades históricas.

De fato, o welfare state funcionou como uma válvula de escape das tensões sociais do capitalismo industrial. Ao garantir um patamar mínimo de bem-estar mitigando a pobreza extrema, a insegurança econômica e os riscos sociais, ele reduziu a percepção de injustiça absoluta e desviou a energia potencialmente revolucionária para os canais institucionais da democracia liberal e do reformismo parlamentar. O capitalismo, por meio dessas concessões do pós-guerra, “*soube se reinventar politicamente*”² ao incorporar elementos, ainda que limitados, de segurança social que foram suficientes para neutralizar a “fúria dos oprimidos” que poderia ameaçá-lo (HARVEY 2008). Ou seja, a burguesia lançou mão de reformas keynesianas e da expansão do consumo de massas para desarticular a revolução prevista por Marx, mantendo os trabalhadores integrados ao sistema por meio de melhorias reais, embora moderadas, em seus padrões de vida.

Outro elemento essencial nessa contenção da revolta proletária foi a emergência da sociedade de consumo de massa no pós-guerra. O grande crescimento econômico das democracias liberais nas décadas de 1940-1970, aliado a políticas de redistribuição, elevou salários e facilitou o crédito, permitindo à classe trabalhadora acesso crescente a bens de consumo duráveis ao estilo de vida urbano de classe média. Esse processo criou um imaginário de mobilidade individual que fragmentou o antigo sentimento de pertencimento à classe operária. Agora, muitos trabalhadores se viam como “classe média” emergente, diferenciados por seus distintos níveis de consumo e condições materiais. A coesão histórica do proletariado foi em parte erodida por essas distinções internas de status, reduzindo a capacidade de ação coletiva unificada. Em vez de uma massa homogênea de explorados com identidade comum, o que se configura é uma variedade de grupos com diferentes graus de inserção no mercado de consumo e expectativas individualizadas de ascensão social.

Esse fenômeno contribuiu para dissolver a consciência de classe, disseminou-se a crença de que todos poderiam “vencer” dentro do próprio capitalismo, desde que se esforçassem, ao invés de questionar estruturalmente o sistema. Como aponta o sociólogo Zygmunt Bauman, na modernidade consumidora “*sou o que posso comprar*”, o valor social do indivíduo passa a ser medido por sua capacidade de consumo. A aquisição de mercadorias surge assim como substituto da emancipação política, oferece-se a satisfação imediata e privada em lugar da transformação coletiva e pública (BAUMAN 2008).

Paralelamente, pode-se afirmar que o Estado de bem-estar não foi apenas uma política de altruísmo estatal, mas também uma tecnologia de poder voltada à governabilidade. Michel Foucault, em seus estudos sobre biopolítica e governamentalidade liberal, percebeu que o Estado moderno exerce poder não só pela coerção direta, mas pela regulação produtiva da vida, produzindo sujeitos conformes às necessidades do capital. No contexto do welfare state, isso significa que ao incorporar as demandas sociais o Estado foi capaz de moldar as condutas e expectativas da população, garantindo a estabilidade política. O Estado não apenas reprime, mas regula vidas, produz sujeitos adaptados à ordem econômica e incorpora demandas sociais para garantir governabilidade. O bem-estar social, nesse sentido, é menos uma concessão benevolente e mais um cálculo estratégico de poder (FOUCAULT 2008).

Em outras palavras, os direitos sociais advindos no pós-guerra funcionaram como instrumento de administração das massas trabalhadoras, disciplinando-as suavemente dentro da ordem capitalista – um complemento à repressão, agora pela via do consentimento fabricado. Deste modo, o bem-estar atua como parte dos aparatos ideológicos do Estado.

Pode-se argumentar que os diferentes regimes de bem-estar moldaram as expectativas e comportamentos políticos da classe trabalhadora em padrões compatíveis com a continuidade do capitalismo. Assim, mesmo quando atendiam a importantes demandas populares, as políticas sociais também domesticavam a luta de classes, integrando os trabalhadores na ordem estabelecida (ESPING-ANDERSEN 1995).

Todavia, a partir das décadas finais do século XX, o pacto social-democrata entrou em crise. A conjunção de estagflação nos anos 1970, crises fiscais do Estado e mudanças no regime de acumulação abriu espaço para a ofensiva neoliberal global. Governos como os de Margaret Thatcher no Reino Unido e Ronald Reagan nos EUA, nos anos 1980, lideraram uma virada radical na direção de políticas de mercado. Essa guinada não significou simplesmente um retorno ao liberalismo clássico, foi uma nova doutrina adaptada ao contexto pós-Estado de Bem-Estar, visando restaurar as taxas de lucro e reordenar a correlação de forças em favor do capital.

O neoliberalismo se apresentou como um projeto político altamente estruturado e agressivo, combinando desregulamentação dos mercados financeiros, flexibilização dos direitos trabalhistas, privatização de empresas estatais e redução drástica dos gastos sociais. Ao contrário dos liberais clássicos como Adam Smith, que preconizavam um Estado mínimo apenas árbitro das “regras do jogo”, os neoliberais defendem um Estado forte, porém seletivo, ausente na provisão de bem-estar, mas ativo e coercitivo na imposição da disciplina de mercado. O Estado sob a ótica do neoliberalismo deve garantir a estabilidade monetária, o equilíbrio fiscal e a proteção da propriedade e dos contratos, criando o arcabouço institucional para a livre operação do capital global. Contudo, embora observe-se as diferenças entre o liberalismo clássico e o neo-liberalismo, há o profundo ponto de congruências entre os modelos econômicos e de estado, a defesa da livre iniciativa e cerceamento de direitos sociais. A reforma trabalhista ocorrida no Brasil em 2017 com a promulgação da Lei nº 13.467/2017 ilustra a flexibilização de direitos típica da racionalidade neoliberal, fragilizando sindicatos e ampliando a precarização das relações de trabalho.

David Harvey sintetiza bem essa característica ao afirmar que “*o neoliberalismo não é um retorno ao laissez-faire. Trata-se de um Estado forte moldando instituições e condutas a serviço da acumulação capitalista*”. Ou seja, longe de implicar a “morte do Estado”, a era neoliberal implicou uma reconfiguração do Estado, ele se retira de muitas obrigações sociais, mas intensifica seu papel enquanto guardião do mercado e facilitador da acumulação privada. Políticas de austeridade, ataques a sindicatos e flexibilização do trabalho marcaram esse período, desmontando parcialmente os contrapesos coletivos que davam poder à classe trabalhadora (HARVEY 2005)

Apesar da ofensiva neoliberal, resquícios do modelo de bem-estar permaneceram vigentes em vários países, ainda que enfraquecidos. Sistemas públicos universais de saúde e previdência continuaram a existir por exemplo, o sistema de saúde britânico e a seguridade social francesa, embora sob permanente pressão por cortes orçamentários ou privatizações parciais. De igual modo, a noção de direitos sociais fundamentais inscrita em constituições e leis do pós-guerra seguiu influenciando o debate público e limitando, até certo ponto, a completa mercantilização de tudo. Direitos como salário mínimo, férias remuneradas, proteção ao desempregado e programas assistenciais são heranças diretas do período do welfare state que nem mesmo o neoliberalismo conseguiu eliminar totalmente. Essa persistência de alguns “colchões” de segurança ajuda a explicar por que, mesmo sob neoliberalismo, não se observou de imediato uma explosão de revolta proletária nos países centrais. Havia ainda alguma rede de proteção evitando o retorno às condições brutais do século XIX.

Contudo, a manutenção parcial desses direitos veio acompanhada de um redirecionamento ideológico profundo, o qual recalibraria a subjetividade social em sintonia com a nova fase do capitalismo. Assim, revelou-se a dimensão mais ardilosa da era neoliberal com a construção de um véu ideológico capaz de moldar as subjetividades e neutralizar a crítica social nas próprias consciências dos indivíduos. Se o Estado de Bem-Estar havia pacificado a classe trabalhadora principalmente via concessões materiais, o neoliberalismo o fez pela cooptação de mentes e construção de uma ideologia que impôs uma racionalidade econômica como norma universal de vida.

A lógica do mercado expandiu-se para além da esfera produtiva, passando a informar as relações sociais, a cultura e até a identidade individual. Dois discursos, em particular, tornaram-se centrais nessa nova razão do mundo como a denominam Dardot e Laval, o discurso da meritocracia e o do consumismo. Ambos funcionam como instrumentos ideológicos de alta eficácia para neutralizar o potencial crítico das classes oprimidas, pois reinterpreta a realidade de modo a culpabilizar o indivíduo e mascarar as estruturas de dominação.

A meritocracia, entendida em sua formulação liberal clássica como a distribuição de recompensas conforme o mérito individual, promete um ideal de justiça no qual todos teriam igualdade de oportunidades e apenas o esforço e talento determinariam o sucesso. Na prática concreta, porém, esse ideal raramente se verifica, pois os indivíduos não compartilham os mesmos meios e recursos de forma isonômica. As desigualdades históricas e estruturais de classe, raça, gênero, localização, acesso educacional e outras criam barreiras profundas que inviabilizam uma competição verdadeiramente equitativa.

Trata-se de uma inversão ideológica, em vez de imputar ao sistema o fracasso de muitos, imputa-se aos indivíduos o fracasso em se adaptar ao sistema. Assim, a meritocracia mina a consciência de classe, pois leva os trabalhadores a interpretar seus sofrimentos e frustrações como falhas pessoais, ao invés de resultado de contradições sistêmicas. No neoliberalismo a ideia de mérito penetra as subjetividades de tal forma que cada sujeito passa a se perceber como uma “*empresa de si mesmo*”, permanentemente responsável por investir em sua própria capacitação e desempenho (DARDOTE LAVAL 2008). Nesse cenário, até mesmo o infortúnio é internalizado como culpa individual, apagando-se qualquer noção de injustiça coletiva ou de exploração estrutural. Ela corrompe os laços de solidariedade ao isolar cada indivíduo na busca de seu êxito privado e ao apresentar os malsucedidos como responsáveis por sua condição, fragmentando, assim, as bases de qualquer resistência coletiva organizada. O que se apresenta como um discurso neutro de valorização do esforço revela-se um mecanismo de perpetuação da ordem capitalista, pois legitima vantagens herdadas e desmobiliza a crítica às estruturas que produzem essa desigualdade.

Não bastasse isso, o consumismo pós-moderno atua como um poderoso mecanismo de satisfação compensatória. À medida que o Estado se retrai da missão de garantir a qualidade de vida dos cidadãos, intensifica-se a mensagem de que a realização pessoal e a inclusão social advêm do acesso ao mercado de consumo. O crédito fácil e a produção em massa permitem até às camadas trabalhadoras consumir uma variedade de bens criando a ilusão de inclusão, ainda que muitas vezes financiada por endividamento e cercada de precariedade. Considero que, no caso brasileiro, a difusão do consumo nos anos 2000 produziu efeitos semelhantes, criando a sensação de inclusão social sem alterar a estrutura de desigualdade.

Zygmunt Bauman afirma que na sociedade contemporânea a identidade se tornou mercadológica, “na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria”, ou de forma mais coloquial, “sou o que posso comprar”. O consumo transforma-se, assim, no principal marcador de valor social, relegando valores políticos ou éticos a segundo plano. (BAUMAN 2008)

O ideal emancipatório coletivo, a libertação da classe oprimida é substituído pelo ideal de emancipação via consumo, onde cada indivíduo busca distinção por exclusividade na aquisição de bens. Dessa maneira, o capital oferece gratificações materiais que mantêm os indivíduos presos à lógica produtiva, mesmo quando essa lógica os explora e precariza. Em síntese, o trabalhador pode estar submetido a um trabalho alienante, mas é “compensado” pela possibilidade de comprar um novo celular ou assistir a entretenimentos que o fazem esquecer temporariamente sua condição. A crítica sistêmica é abafada pelo barulho incessante da publicidade e pela sedução das mercadorias.

O impacto ideológico-cultural do neoliberalismo foi tão profundo que o pensador David Harvey argumenta ter havido uma verdadeira colonização das subjetividades, o sucesso individual converteu-se num imperativo moral inquestionável, enquanto qualquer resistência à ordem estabelecida passou a ser desqualificada como “ressentimento” ou incompetência pessoal. Esse discurso mobiliza habilmente o desejo e a culpa para impedir que as classes mais baixas percebam o caráter coletivo de sua exploração. Problemas estruturais como desemprego, pobreza e desigualdade são reinterpretados como defeitos pessoais, a serem solucionados não por meio de luta social, mas de autoajuda e esforço individual.

3 – Desenvolvimento

Dando seguimento à discussão, é importante destacar as contribuições específicas deste estudo, indicando as etapas de sua trajetória investigativa e sua perspectiva interdisciplinar. Ao longo da pesquisa, estruturaram-se diferentes fases de análise que, em conjunto, revelam um percurso multifacetado. Primeiramente, este estudo retomou as raízes históricas do capitalismo e da luta de classes, revisitando as previsões de Marx e Engels sobre o colapso inevitável do sistema burguês. Nesse estágio, a investigação analisou a consolidação do Estado de Bem-Estar Social no século XX, demonstrando como políticas sociais abrangentes serviram como um “colchão amortecedor” das tensões de classe. Essa etapa contribui ao evidenciar que a concessão de direitos e benefícios pelo Welfare State, especialmente no pós-Segunda Guerra, adiou o confronto revolucionário previsto, integrando parcialmente os trabalhadores à ordem capitalista vigente sem, contudo, eliminar as contradições estruturais.

Em um segundo momento, a pesquisa explorou a crise do modelo de Bem-Estar e a ascensão do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX. Aqui, a contribuição central reside em mostrar que a ofensiva neoliberal não representou apenas mudanças econômicas como privatizações, desregulamentação do trabalho e austeridade fiscal, mas também uma profunda transformação ideológica e cultural. O estudo evidencia que o neoliberalismo reconfigurou o papel do Estado e difundiu uma racionalidade meritocrática e individualista, enfraquecendo instrumentos coletivos de solidariedade. Conceitos como meritocracia e consumismo passaram a moldar subjetividades, levando indivíduos a responsabilizarem a si próprios por fracassos e a medirem seu valor pela capacidade de consumir. Essa fase interdisciplinar demonstra como a ideologia neoliberal adormeceu a consciência de classe, oferecendo conforto material e narrativas de mobilidade individual como antídotos ao ímpeto crítico e revolucionário.

Por fim, o estudo dirigiu seu olhar ao contexto atual, identificando a fragmentação do proletariado contemporâneo e as novas formas de resistência. Observou-se que a hegemonia neoliberal canaliza insatisfações para vias alienantes e dificulta a construção de solidariedade de classe. Essa etapa final, ao integrar aportes da ciência política contemporânea e reflexões sociológicas, confirma a necessidade de novas estratégias de organização coletiva frente aos obstáculos atuais.

Ao percorrer essas etapas, a perspectiva do estudo torna-se evidente. Foram mobilizadas referências da história econômica, da teoria marxista, da sociologia das classes, da filosofia política e da teoria cultural para construir uma interpretação abrangente da problemática.

Essa combinação de olhares permitiu articular aspectos estruturais como a dinâmica das políticas de welfare state e do mercado global com aspectos estruturais findados em ideologias, valores culturais e formas de consciência. Em termos de contribuições específicas, o presente estudo oferece uma síntese ao articular o binômio “direitos e desejos”, isto é, ao demonstrar como a concessão de direitos sociais pelo Estado e a promoção de desejos de consumo pelo mercado atuaram em conjunto para sufocar a revolta proletária prevista, sem

necessariamente resolver as contradições do sistema. Desse modo, a pesquisa vislumbra a compreensão sobre por que a revolução proletária profetizada não se materializou, ao mesmo tempo em que traz essa discussão para o debate contemporâneo reclamando, inclusive, caminhos para análises futuras sobre a relação entre políticas públicas, cultura e mobilização social.

Todavia, a permanência dessas estratégias de dominação não significa que as contradições fundamentais tenham desaparecido. Ao contrário, novos desafios e focos de tensão emergem no cenário contemporâneo. A implementação de políticas de austeridade e de reformas que reduzem direitos não tem ocorrido sem que haja reação das classes oprimidas. Entretanto, conforme se vislumbra neste estudo, a capacidade de transformar essa indignação difusa em mudança estrutural enfrenta obstáculos significativos vez que a classe trabalhadora encontra-se fracionada em múltiplos segmentos, e a hegemonia neoliberal continua a desviar a frustração coletiva para alvos equivocados ou soluções individuais inócuas.

De fato, a reestruturação produtiva do capital nas últimas décadas aprofundou a fragmentação do proletariado e facilitou a colonização ideológica das subjetividades pelo neoliberalismo. Estudos apontam que esse processo intensifica a fragmentação do proletariado e aprimora o controle de sua subjetividade pelas classes dominantes, enfraquecendo sobremaneira os trabalhadores na perspectiva de classe social (ANTUNES, 1998; HARVEY, 1998; ALVES, 2000). Em outras palavras, além de pulverizar a classe em subgrupos preconizados e concorrentes entre si, o neoliberalismo inculca nos indivíduos a ideia de que seu sucesso ou fracasso depende apenas de mérito pessoal. Essa internalização da culpa e do conformismo, conforme já observava David Harvey, converte o sucesso individual em consequência moral e descarta resistências coletivas como mera expressão de ressentimento pessoal. A consequência é um quadro em que os trabalhadores, isolados e responsabilizando a si mesmos pelos infortúnios, veem-se desprovidos de consciência de classe e organização coletiva, mesmo estando sujeitos à exploração contínua.

Concomitantemente, o surgimento do “capitalismo de plataforma” definido por Srnicek como a apreensão da infraestrutura social a partir do monopólio de grandes empresas, deu novos contornos a esta fase do capitalismo. As grandes plataformas digitais como Google, Amazon, Facebook, entre outras tornaram-se novas “corporações globais”, detentoras não só de informação, mas também da infraestrutura tecnológica da sociedade. Esse domínio confere a tais empresas um poder monopolista inédito, pelo qual extraem valor sob a forma de dados, atenção e controle algorítmico do comportamento.

O mundo do trabalho foi impactado por esta nova realidade, surgindo novas formas de trabalho precarizado via plataformas, aumento do trabalho informal e afastamento de direitos sociais básicos. Há uma precarização generalizada de setores antes regulamentados, na qual o vínculo empregatício cede lugar a relações mercantis mediadas por aplicativos. Essa reconfiguração técnico-econômica incentiva o discurso do empreendedor de si mesmo, minando solidariedades coletivas. Segundo Ricardo Antunes, essa simbiose do capitalismo com a tecnologia digital produziu um cenário de desregulamentação de direitos e fragmentação da classe trabalhadora:

Resultado de um complexo movimento, cujas origens remontam à crise estrutural do capital, as grandes corporações vêm se utilizando simultaneamente de uma enorme massa de desempregados que passam a trabalhar sob o comando das tecnologias digitais e seus algoritmos. Essa simbiose também vem permitindo o incentivo à individualização do trabalho (o “empreendedorismo” a “autonomia” e mistificações assemelhadas) e assim procedendo, conseguem burlar a legislação protetora do trabalho, tendência que tem enorme potencial de expansão para um conjunto de atividades que se desenvolvem na

indústria de serviços, isto é, nos serviços comoditizados ou mercadorizados. - ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2018.

A erosão de proteções laborais históricas com o reaparecimento de jornadas extenuantes, baixos salários e instabilidade crônica tornam-se lugar-comum no trabalho digital, ao passo que as plataformas apresentam essa precarização como se fosse autonomia e oportunidade aos indivíduos. Não por acaso, o autor aponta que estamos diante de uma verdadeira “pandemia da uberização” do trabalho, fenômeno agravado pela crise econômica e sanitária recente (ANTUNES 2018).

Paralelamente, consolidou-se o regime da financeirização e do rentismo, que redefine as bases da acumulação de capital. O capital financeiro ganhou proeminência sem precedentes, subordinando a economia produtiva à lógica especulativa e à extração de rendas. Luiz Carlos Bresser-Pereira define a financeirização como *“o grande aumento da riqueza nacional capturada pelo sistema financeiro desde os anos 1980, graças ao aumento da rentabilidade das aplicações turbinadas por ‘inovações financeiras’ especulativas*. Ou seja, uma parcela crescente da riqueza social é apropriada não pela via do investimento produtivo e do aumento da produtividade, mas pela via de juros, dividendos, ganhos financeiros e outras formas de renda desvinculadas da produção de bens e serviços. Essa transformação se traduz no que foi denominado capitalismo rentista, em que a busca de lucro, como tradicionalmente foi desenhado pelos economistas clássicos, cede lugar à busca de renda. Ladislau Dowbor caracteriza o cenário atual como rentismo improdutivo. Uma coisa é a apropriação do excedente pelos grupos mais ricos da sociedade, com uma desigualdade que nos fratura em termos econômicos, políticas e sociais, e gera imenso sofrimento na base da sociedade. Outra coisa é constatar que se trata de rentismo improdutivo, de dreno das riquezas sociais, e não mais de “acumulação de capital produtivo” tão analisado, e que os rentistas modernos tentam utilizar como prova de sua própria legitimidade. Quando se rompe um mínimo de proporcionalidade entre o quanto as pessoas contribuem produtivamente, e o quanto enriquecem, o sistema se desloca: não é mais acumulação de capital, é rentismo improdutivo. (DOWBOR 2024)

Nessa dinâmica, grupos privilegiados capturam parcelas enormes do excedente sob a forma de renda financeira, dissociada de qualquer contrapartida produtiva equivalente, ou seja, sem a necessária produção de bens ou serviços. Além de aprofundar a desigualdade, o avanço do rentismo reconfigura a própria relação entre capital e trabalho pois enquanto no capitalismo industrial clássico a valorização dependia de investir em novas fábricas e empregar trabalhadores, no capitalismo rentista boa parte dos lucros provém da propriedade de ativos e do controle das movimentações financeiras. O trabalho torna-se, de certo modo, dispensável para a acumulação de riqueza, contribuindo para a estagnação dos salários e o desemprego tecnológico. Como salienta Dowbor, *“o sistema rentista não depende de oferecer empregos [...] o rentismo precisa apenas marginalmente da força de trabalho e da demanda popular”*, gerando um processo de marginalização dos trabalhadores e precarizando ainda mais as relações laborais. Em suma, a financeirização desenfreada não apenas desloca o eixo da economia para fora da produção, como também enfraquece o poder de barganha do proletariado, fracionando-o entre uma minoria inserida em empregos formais e uma massa crescente de “supérfluos” ou precários, sujeitos à insegurança econômica permanente.

Poder-se-ia elucubrar que o estágio atual do capitalismo representa uma evolução em seus modos de exploração e acumulação de capital a partir da superação do modelo do capitalismo industrial pelo capitalismo rentista, mas o economista Yanis Varoufakis, argumenta que *“agora, a humanidade está sendo dominada por algo que só posso descrever como uma forma tecnologicamente avançada de feudalismo*.” Nessa perspectiva, as grandes corporações de tecnologia assumem o papel de senhores feudais pós-modernos detentores de “feudos” informacionais extraindo tributos de uma multidão de usuários e pequenos produtores, reduzidos à condição análoga à de servos (VAROUFAKIS 2023). A principal fonte

de riqueza deixa de ser o lucro obtido pela exploração do trabalho produtivo e passa a ser a renda obtida pelo controle privilegiado de redes digitais e recursos informacionais. Embora a tese do tecno-feudalismo não seja um consenso acadêmico, o próprio surgimento desse debate indica o reconhecimento de que novos mecanismos de dominação estão em operação. Seja como for, há consenso de que as mutações em curso, a fragmentação do proletariado ao império dos dados e das finanças, exigem novas estratégias de resistência e organização coletiva adequadas a esse cenário inédito.

Ademais, cumpre ressaltar que não são somente estes fatores que são relevantes para explicar a insuperabilidade do capitalismo até os dias de hoje. O capitalismo contemporâneo instrumentaliza as hierarquias de gênero e raça para fragmentar a solidariedade entre os trabalhadores. Angela Davis destaca que, historicamente, as feministas brancas de classe média falharam em perceber que *“mulheres trabalhadoras e mulheres negras estavam fundamentalmente ligadas... pela exploração de classe e opressão racista”* e que o *“inimigo real – o patrão, o capitalista”* era responsável pela exploração comum de todos (DAVIS, 2016, p. 47). A ênfase burguesa na diferença sexual sem questionar o capitalismo serviu para desviar o foco da luta proletária contra os patrões. Em outras palavras, ao enfatizar identidades exclusivas, parte do movimento deixou de desafiar a propriedade privada e a acumulação de capital, reforçando ilusões ideológicas que protegem o sistema.

O capitalismo funda-se na hierarquização da vida humana o sistema capitalista é baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer” e opera sob a lógica de que “alguém vale mais do que os outros” (MBEMBE, 2018). Em sua formulação da necropolítica, Mbembe explica que critérios raciais e sociais decidem quem é dispensável, naturalizando a morte dos mais vulneráveis e, assim, amparando regimes de exploração. No âmbito ideológico, tanto no neoliberalismo quanto na sua forma extrema, o “necroliberalismo”, essa hierarquia de valor justifica o sacrifício de massas pobres, mantendo divididos negros, indígenas, pobres, imigrantes e outros segmentos oprimidos.

No contexto latino-americano, Lélia Gonzalez aponta como o racismo e a diferenciação de gênero integram-se à estrutura capitalista para conter insurgências sociais. Ela afirma que *“o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento”*. Uma vez estabelecido esse mito de superioridade branca, ele produz “fragmentação da identidade étnica” e negação da cultura própria (GONZALEZ, 1988, p. 7)

Sob o discurso da “democracia racial” e do “mérito individual”, o sistema capitalista faz cada grupo minoritário disputar migalhas e reconhecimento, em vez de exigir a destruição da ordem econômica desigual.

Autoras contemporâneas de teoria social apontam ainda como a análise interseccional pode ser apropriada pelo capital. Patricia Hill Collins e Sirma Bilge ressaltam que a interseccionalidade coloca a “diferença e a multiplicidade” no centro da práxis de justiça destacando a importância de compreender as desigualdades combinadas. No entanto, essa ênfase identitária pode ser cooptada por uma ideologia liberal que valoriza apenas a representação simbólica. Em vez de organizar a luta em torno do enfrentamento comum ao modo de produção, segmentos antes potencialmente aliados são induzidos a agendas setoriais. Assim, direitos específicos por gênero ou por raça se tornam concessões pontuais dentro do sistema, sem abalar o poder dos detentores do capital. (COLLINS; BILGE, 2021)

O próprio processo produtivo capitalista se sustenta em manter diferenças impostas socialmente. Para ele, “a institucionalização das diferenças raciais e de gênero garante que o trabalho seja realmente submetido ao capital, uma vez que o racismo retirará do trabalhador qualquer relevância enquanto indivíduo” (ALMEIDA, 2018)

Ou seja, reproduz-se um capital “barato” através da inferiorização de mulheres, negros e outros grupos, beneficiando diretamente as taxas de mais-valia. Esse mecanismo material coexiste com a manipulação ideológica, inclusive o capitalismo de Estado “democrático” usa cunho ético (igualdade formal, pseudopluralismo) para estabilizar o sistema e impedir que os explorados reconheçam interesses comuns. As divisões raciais e de gênero são lógicas estruturais do capitalismo, não acidentes da história. Elas funcionam como teorias da domesticação, concedem direitos parciais e identitários para desmobilizar a revolta operária e reforçam visões justificadoras das desigualdades. Assim, distingue-se o opressor comum, o grande capital, mas fragmenta-se a classe trabalhadora em disputas internas. Nesse sentido, as hierarquias de raça e gênero tornam-se chaves para limitar a solidariedade de classe, desviando a agenda política coletiva e assegurando a reprodução do sistema capitalista

4 - Conclusões

Em síntese, os resultados desta investigação confirmam que, embora Karl Marx e Friedrich Engels tenham identificado com acuidade as contradições internas do capitalismo e o potencial revolucionário da classe trabalhadora, o desenrolar histórico mostrou-se mais complexo do que a previsão de uma ruptura inevitável. O capitalismo revelou uma capacidade notável de se reinventar e cooptar as forças que poderiam subvertê-lo. Primeiro, por meio do Estado de Bem-Estar Social, o sistema amortizou as tensões de classe ao garantir segurança econômica mínima e inclusão parcial aos trabalhadores. A oferta de direitos e proteção social, apesar de limitada, neutralizou temporariamente o ímpeto revolucionário ao proporcionar melhores condições de vida dentro da ordem vigente.

Em seguida, através do advento do neoliberalismo, o capitalismo encontrou uma forma ainda mais sofisticada de perpetuação, reformulou o papel do Estado, reduziu as salvaguardas coletivas e impôs uma nova racionalidade que internaliza a opressão. Sob a égide neoliberal, incentivou-se a competição individual e a culpabilização do sujeito pelas falhas, ao mesmo tempo em que o consumismo ofereceu compensações simbólicas que mantiveram os indivíduos engajados no jogo econômico mesmo quando explorados ou precarizados.

Todavia, a permanência dessas estratégias de dominação não significa que as contradições fundamentais tenham desaparecido. Ao contrário, novos desafios e focos de tensão emergem no cenário contemporâneo. A implementação de políticas de austeridade e de reformas que reduzem direitos tem provocado ondas de protesto e descontentamento popular em diversas partes do mundo. Entretanto, conforme diagnosticado neste estudo, a capacidade de transformar essa indignação difusa em mudança estrutural enfrenta obstáculos significativos, a classe trabalhadora encontra-se fracionada em múltiplos segmentos, e a hegemonia neoliberal continua a desviar a frustração coletiva para alvos equivocados ou soluções individuais inócuas.

Frente a esse quadro, é necessário equilibrar a crítica do presente com a busca de caminhos alternativos de superação no campo político e social. O estudo aponta, portanto, algumas perspectivas de resistência e mudança que podem ser cultivadas

Portanto, a contenção histórica da revolta proletária pode ser compreendida, à luz do debate teórico aqui revisitado, como o resultado de uma articulação complexa entre “direitos” e “desejos” dentro da sociedade capitalista. Por um lado, a ampliação de direitos sociais e econômicos via Estado de Bem-Estar ofereceu conforto material e segurança à classe

trabalhadora, satisfazendo parcialmente suas necessidades e expectativas, o suficiente para desativar a dinâmica insurrecional prevista por Marx.

Por outro lado, a difusão da ideologia neoliberal canalizou os desejos individuais para a lógica do mérito e do consumo, promovendo a integração voluntária às normas do capitalismo e enfraquecendo os vínculos de classe que poderiam sustentar uma mobilização revolucionária. Esse duplo movimento explica por que os “coveiros” do capitalismo não cumpriram o destino que Marx e Engels lhes atribuíam. A revolta proletária foi, em grande medida, sufocada pelo conforto e pelo consumo, adiando mas não eliminando as contradições estruturais que a impulsionavam.

Afinal, as concessões do Welfare State e as sedução do neoliberalismo não resolveram a exploração fundamental, apenas a revestiram com um verniz de legitimidade e desejo. A teoria crítica, ao articular a tradição marxista, a análise do Estado de bem-estar e a crítica da razão neoliberal, evidencia assim os mecanismos pelos quais a ordem burguesa logrou pacificar e cooptar o proletariado, mantendo sua dominação não apenas pela violência ou pela lei, mas também pelos direitos concedidos e pelos sonhos ofertados. Em última instância, compreender esse processo de contenção histórica é crucial para imaginar caminhos de reativação da consciência e da resistência de classe em nossa contemporaneidade.

Em conclusão, pode-se afirmar que o Estado de Bem-Estar Social cumpriu um papel crucial ao adiar e atenuar a revolta proletária, mas foi a ideologia neoliberal que de fato adormeceu a consciência de classe e esvaziou grande parte do potencial transformador das massas. Marx não estava equivocado ao prever que o capitalismo criaria seus próprios “coveiros”; porém, talvez não tenha antecipado que eles seriam seduzidos, distraídos e cooptados pelo sistema antes mesmo de empunharem as ferramentas da revolução. Assim, se o capitalismo sobreviveu até os dias de hoje, não foi por mérito de ter sanado suas contradições, mas pela astúcia em rearranjar-se e desativar temporariamente as ameaças ao *status quo* por meio do conforto e do consumo. Esse apaziguamento, porém, mostra-se apenas temporário, as desigualdades e tensões básicas persistem e, cedo ou tarde, cobram solução.

5 - Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **As plataformas digitais e suas origens.** Blog da Boitempo, publicado em 01 out. 2024. Disponível em: <https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2024/10/01/as-plataformas-digitais-e-suas-origens/>. Acesso em: 11 set. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018. Disponível em: https://www.boitempoeditorial.com.br/blog/2024/10/01/as-plataformas-digitais-e-suas-origens/?srsltid=AfmBOoq9hf0TQ_iE1O_2TrREnNG-_ZCKRntIB6nyLFmC0wF6ettT6Z_O#:~:text=Resultado%20de%20um%20complexo%20movimento%2C,nos%20servi%C3%A7os%20comoditizados%20ou%20mercadorizados

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **“Depois do capitalismo financeiro-rentista, mudança estrutural à vista?”** *Novos Estudos CEBRAP*, n. 107, p. 137–151, mar. 2017. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/310-Capitalismo-Mudanca-estrutural-Novos-Estudos.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

CEOLIN, George Francisco. **Transformações no mundo do trabalho e suas implicações na profissão do Serviço Social no período histórico de transição dos séculos XX e XXI.** 2010. 150 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/tede/2217/1/GEORGE%20FRANCISCO%20CEOLIN.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Trad. Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. **“Rentismo, o novo modo de produção.”** *Outras Palavras*, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/rentismo-o-novo-modo-de-producao/>. Acesso em: 11 set. 2025.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto Comunista.** Tradução de José Carlos Júnior. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **“As três economias políticas do welfare state.”** *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 85–116, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979).** São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** São Paulo: Zahar, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela G. da Silva. São Paulo: Loyola, 2008.

LENIN, Vladimir I. **O imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity, 2017. p. 86.

VAROUFAKIS, Yanis. **Tecnofeudalismo: o que matou o capitalismo**. São Paulo: Planeta (Selo Crítica), 2023.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for a human future at the new frontier of power**. Nova York: PublicAffairs, 2019.